

Caro subscritor

Para responder às crescentes necessidades em matéria noticiosa e informativa dos nossos eleitores, redesenhámos o nosso **website**, que está agora activo e mais atractivo. Leia tudo sobre o país e o mundo no <http://www.savana.co.mz>

mediaFAX

Maputo, Quinta-feira, 17.10.24 *Nº8189



Anuncie a sua marca, produto e serviços, na SAVANA FM. Proporcionamos para si pacotes promocionais, contacte-nos através de: 84 1440048, 82 8944278 ou ainda através do e-mail: radiosavana100.2@mediacoop.co.mz
SAVANA 100.2 FM

De segunda a sexta, um diário no seu fax ou e-mail * Propriedade e edição: *mediacoop SA*

* Editor: Fernando Mbanze * Sede: Av. Amilcar Cabral, n.º.1049 - C.P. 73 * Maputo-Moçambique

Telfs: 21301737/327631 ou 823171100, 843171100 *Fax:21302402 * E-mail: mediafax@mediacoop.co.mz *INTERNET: www.savana.co.mz

Delegação na Beira: Prédio Aruãgua, n.º. 32 - Apartamento A - 1.º Andar *Telef. & Fax 23327957 * C.Postal 15

Assinaturas mensais - Ordinária: 20 USD* Institucional: 35 USD* Embaixadas e ONG's estrangeira: 50 USD - Outras moedas ao câmbio do dia

Observadores não conseguem encontrar lógica nos dados que estão a ser anunciados

Só magia pode explicar vitória da Frelimo

- Com tão elevado número de irregularidades e ilícitos, a Sociedade Civil chega a questionar a utilidade de “investir” milhões de metcais nas eleições

(Maputo) Os dados do apuramento parcial, intermédio e posteriormente a centralização provincial continuam a suscitar muitas dúvidas e desconfianças, particularmente por conta das circunstâncias que marcaram os momentos da votação e, sobretudo, a transição entre o fecho das urnas, contagem e fixação de editais do chamado apuramento parcial. Aliás, é no apuramento preliminar que tudo começa a ser questionado, porque os observadores não conseguem encontrar consonância entre os votos somados aquando da contagem e os números apresentados pelos editais enviados às comissões distritais para o apuramento distrital.

Fala-se de disparidade total, num contexto em que presidentes das mesas (indicados pela Frelimo) tinham prerrogativa de decidir tudo que lhes apetecesse sobre o curso das actividades nas assembleias de voto, incluindo claras atitudes de prepotên-



cia, irregularidades e ilícitos eleitorais.

“O que estamos a dizer, meus senhores, é que houve bastante fraude nas eleições deste ano. Eu, Edson Cortez, estive em Nampula. Andei em Murrupula, Mogovolas, Nametil, no dia das eleições e, na hora de contagem de votos, estive entre a escola dos Limoeiros, no Pavilhão de Desportos e noutras escolas. Vi e tenho vídeos de contagem de votos.

Depois da contagem de votos, onde o candidato do PODEMOS ganhava em várias urnas, com uma vantagem considerável, simplesmente às 23 horas os delegados do partido Frelimo desapareciam, os editais e actas não eram assinadas, jornalistas estavam presentes, observadores internacionais estavam comigo, ficámos até às duas três da manhã, não saíam os resultados.

ILIMITADO
900 + GIGAS

Activa já
*123# Opção 3

CHAMADAS ilimitadas para todas as redes
SMS ilimitadas
32GB

Válido por 30 dias

TMcel
estamos juntos

45

Publicidade

Termos e condições aplicáveis

CONVOCADOS



**A PROTEGER
O AMBIENTE**
Transforma em saldo
os equipamentos TVCABO
que não utilizas.

tvcabo
AMBIENTE

Sempre ligados.
21 480 550 | 82 4800
84 4800 | 550 na rede TVCABO
apoio@tvcabo.co.mz
www.tvcabo.mz

Publicidade

A verdade é que eu fui dormir às 4 horas porque já tinha conduzindo mais de 200 a 300 km esse dia. Às 7h30 fomos à procura dos editais e os editais diziam outra coisa” narrou Edson Cortez, as peripécias que assistiu na condição de observador nacional das eleições quando, nesta quarta-feira, falava no âmbito do relatório preliminar do processo eleitoral. O relatório pertence ao Consórcio “Mais Integridade”, que integra várias organizações da sociedade civil.

Diante do cenário e não conseguindo encontrar lógica para explicar os números que constavam de editais vistos um dia depois da votação, Edson Cortez, que, igualmente é director executivo do Centro de Integridade Pública (CIP), disse que o fenómeno só poderia ser explicado à base do que considerou magia.

“Meus senhores, temos magia em Moçambique. É uma bênção. Não tenho outra coisa para vos dizer. Temos magia em Moçambique porque aquilo que a gente viu a ser contado e aquilo que os editais diziam no dia seguinte, eram coisas totalmente diferentes”.

Até porque, mesmo saindo de questões meramente numéricas, há variantes que devem ser tidos em conta quando se avalia a ideia de um voto que resulta de certa consciência. Nisto, não se consegue compreender uma vitória bastante expressiva da Frelimo e seu candidato, numa altura em que há consenso na ideia de os dez anos de governação de Filipe Nyusi

terem sido um total e completo desastre.

“Porque não faz sentido nenhum. O pior governo de Moçambique desde a sua independência, com a pior performance governativa, e esse partido consiga obter os resultados que está a apresentar no apuramento. Por isso, as eleições vão premiar aqueles que sabem fazer esquemas” – disse Cortez, acusando a Frelimo e seus dirigentes de terem, mais uma vez, usado o aparelho estatal para concretizar fraude que vai garantir a manutenção do poder por mais cinco anos.

O relatório do “Mais Integridade” aponta várias outras questões que marcaram o processo eleitoral e que, no global, levam a um entendimento e conclusão de não existir condições para que o processo seja considerado livre, justo e transparente.

A questão de milhares de pseudo observadores do Conselho Nacional da Juventude, uma entidade pública ancorada à juventude do partido Frelimo, foi apontada como uma das fontes da concretização da fraude, das quais o enchimento de urnas. Estes tinham privilégio de votar onde quisessem e quantas vezes quisessem, tudo em coordenação


com os presidentes das mesas e outras figuras que, nas assembleias de voto, representavam o partido Frelimo.

Por outro lado, o Consórcio estranha ainda o facto de haver disparidade entre a votação para as eleições gerais e para as assembleias provinciais. Ou seja, numa situação em que eram entregues três boletins ao eleitor, não se compreende como é que, de repente, os números entre a votação geral e das assembleias apresenta disparidades consideráveis, em termos de número de votantes.

A anulação de votos da oposição, a violência eleitoral no momento da contagem de votos e as tentativas e a compra de votos são outras questões apresentadas pelo Consórcio “Mais Integridade” para questionar a fiabilidade dos resultados que dão vitória à Frelimo.

O Consórcio lamenta, igualmente, o facto de a Procuradoria-Geral da República mostrar maior disposição em seguir e sancionar um candidato presidencial e não investigar os diversos ilícitos, cuja resolução e seguimento pudesse apresentar potencial para credibilizar os próximos processos eleitorais e devolver a paz social de que tanto o país necessita. (V. Simbine e Redacção)

Principais Câmbios MZN em 14 de Outubro de 2024		
Moeda	Compra	Venda
ZAR/MT	3,62	3,69
USD/MT	63,25	64,51
GBP/MT	82,63	84,28
EUR/MT	69,14	70,52

Fonte: 
Nota: Cotações válidas apenas para montantes inferiores ao contravalor de 5.000 USD (cinco mil dólares americanos)

Actividade do Mercado - BVM

Estatísticas do final do dia 16 de Outubro de 2024

Ofertas de Venda	Preço (MT)		
Obrigações		CMH -	3.100,00
-----	-----	HCB -	2,00
Fundos Públicos		TROPIGALIA, S.A	92,00
-----	-----	-----	-----
Ações	Preço (MT)		
CDM -	40,00	Papel Comercial	
CMH -	4.000,00	Mercado de ações	
EMOSE -	14,00	Ações	Último Preço
HCB -	2,80	CDM -	40,00
TROPIGALIA, S.A	112,00	CMH -	3.200,00
Ações		EMOSE -	13,00
Papel Comercial		ZERO INVESTIMENTOS, S.A	20,00
Ofertas de Compra		TOUCH-Touch Publicidade, S.A	150,00
Valores Mobiliários	Preço (MT)	ARCO-Arco Investimentos, S.A	100,00
Obrigações		HCB -	2,80
Obrigações do Tesouro 2024-10ª Série 100,00		ARCO SEGUROS -	1.125,00
Fundos Públicos		REVIMO -	-----
Ações		2BUSINESS - 2BUSINESS, S.A	1,00
CDM -	38,00	PAYTECH, S.A	2,00
EMOSE -	13,00	TROPIGALIA - TROPIGALIA, S.A	112,00

PARTICIPA NA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO DO ORDENAMENTO DO



O ordenamento territorial define a forma de ocupar e organizar o território, delineando a constituição de bairros, quarteirões, edifícios, espaços públicos e de lazer e vias de circulação. Através das Consultas Públicas todos podemos participar na revisão da legislação do ordenamento do território e contribuir para melhorar a vida de todos com oportunidades de desenvolvimento do país.

2ª RONDA DE CONSULTAS PÚBLICAS DE 23 DE OUTUBRO A 29 DE NOVEMBRO

23 OUTUBRO SOFALA - BEIRA HOTEL SENA	30 OUTUBRO INHAMBANE - INHAMBANE CASA DO CAPITÃO	13 NOVEMBRO NIASSA - LICHINGA HOTEL GIRASOL	27 NOVEMBRO ZAMBEZIA - QUELIMANE HOTEL MILÉNIO
25 OUTUBRO MAPUTO - MATOLA-RIO COMPLEXO PALHOTA	01 NOVEMBRO NAMPULA - NAMPULA GRAND PLAZA	20 NOVEMBRO GAZA - XAI-XAI MIRA-RIO ASSIMINA	29 NOVEMBRO MAPUTO-CIDADE - MAPUTO CENTRO DE CONFERÊNCIAS JOAQUIM CHISSANO
29 OUTUBRO MANICA - CHIMOIO HOTEL CASTEL BRANCO	06 NOVEMBRO TETE - TETE EXECUTIVE HOTEL	26 NOVEMBRO CABO DELGADO - PEMBA EXPRESS HOTEL	



REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE



BANCO MUNDIAL
BIRD - AID | CREDITO BANCARIO MUNDIAL



CONSTITUÍDO EM 1998



SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Cidade de Nampula

Quatro detidos na recepção a Venâncio Mondlane

(Maputo) Quatro cidadãos foram detidos, nesta quarta-feira, pela Polícia da República de Moçambique (PRM) na cidade de Nampula, acusados de promover desordem pública naquela que é a terceira cidade mais importante do país. Os quatro detidos estavam na recepção do candidato presidencial apoiado pelo Povo Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), Venâncio Mondlane, que nesta quarta-feira decidiu fazer uma visita “privada” à cidade de Maputo, alegadamente para saudar e agradecer o voto massivo canalizado a si e a formação partidária que o apoia, na votação presidencial, legislativa e provincial de 9 de Outubro corrente.

De acordo com a Polícia da República de Moçambique naquela cidade, os actos de desordem pública tiveram lugar quando, logo ao desembarque no aeroporto de Nampula, Venâncio Mondlane não ter mostrado disponibilidade para colaborar com a Polícia, incluindo a rejeição de escolta policial, alegando que não era necessário porque a visita era de fórum privado. Depois seguiu-se uma passeata pela cidade e sempre que Venâncio Mondlane parasse para saudar os milhares de apoiantes que o seguiam, o cenário resultava em impedimento de circulação de pessoas e bens.

Foi nesta ordem de ideias, que a Polícia decidiu agir, exigindo o cumprimento da rota e seguimento da passeata sem importunar as actividades dos munícipes daquela cidade, acção que fez com que os apoiantes de Venâncio Mondlane reagissem de forma agressiva contra a Polícia. Os apoiantes reagiram daquela forma porque, no entendimento da Polícia, Venâncio Mondlane

os incentivou a desobedecerem a Polícia e a provocar actos de vandalismo.

Entretanto, com reacção em força das autoridades policiais, incluindo disparos de balas reais, a situação foi controlada, mas continuava tensa até ao fim do dia. Pelo menos uma pessoa foi baleada no braço e teve de parar

ao hospital.

Antes de se deslocar à cidade de Nampula, Venâncio Mondlane partilhou um vídeo no qual convoca uma greve geral para segunda-feira, em protesto contra os resultados da votação, que os considera fraudulentos e contra a vontade popular.

Durante o anúncio, o candidato apelou à população para se mobilizar de forma ordeira, preparar cartazes e paralisar as suas actividades, unindo-se em prol da reorganização pacífica do país.

(Redacção)



Caso feijão bóer chega ao tribunal de arbitragem

ETG exige indemnização do Estado moçambicano

(Londres) O conglomerado ETG exigiu hoje (quarta-feira) num tribunal de arbitragem que o Estado moçambicano pague mais de 110 milhões de euros de indemnização por perdas pela apreensão judicial de bens da firma num litígio sobre a exportação de feijão bóer.

“Hoje (quarta-feira), o Grupo ETG apresentou um pedido de arbitragem reivindicando indemnização num valor superior a 120 milhões de dólares americanos [mais de 110 milhões de euros] contra a República de Moçambique pelo papel do Estado na expropriação de produtos da ETG, em violação dos direitos de investidor no país”,

refere aquele grupo empresarial, das Maurícias, em comunicado.

Devido ao acordo de protecção de investimentos entre os Estados de Moçambique e Maurícias, apesar de o processo ter sido preparado por advogados em Londres, será posteriormente definido o tribunal de arbitragem que vai analisar a queixa.

O conglomerado acusa o Estado moçambicano de ter orquestrado e facilitado a expropriação ilegal de bens, violado a norma de “tratamento justo e equitativo”, bem como recorrido à coacção e assédio aos trabalhadores.

Por outro lado, o Governo



moçambicano “não garantiu o direito da ETG de exportar bens sem quaisquer restrições”, prossegue.

“A ETG tentou inúmeras vezes resolver amigavelmente a questão com o Estado, mas todos os esforços até à presente data foram em vão. A ETG não tem, por isso, outra alternativa, senão iniciar uma arbitragem de investimentos contra Moçambique para recuperar as perdas sofridas nas mãos do Estado”, refere-se na nota.

A ETG avança que, no dia 17 de Janeiro de 2024, apresentou uma notificação de litígio contra o Governo moçambicano pelas supostas acções ilegais em relação aos seus bens e actividades comerciais e, no dia 13 de Maio de 2024, voltou a interpelar as autoridades sobre o mesmo assunto, alertando sobre a intenção de recorrer à arbitragem. “Infelizmente, não houve qualquer tentativa séria por parte do Governo Moçambicano para resolver o assunto”, lê-se no comunicado.

Como resultado, as operações da ETG em Moçambique, refere o grupo, foram prejudicadas de maneira substancial, causando danos significativos ao país, à região e à empresa. Em Maio, o conglomerado ETG ameaçou recorrer a tribunais internacionais de arbitragem, sobre o diferendo que há meses mantém em Moçambique com a RGL, sobre exportação de

feijão bóer.

A posição consta de uma carta enviada pela ETG à Procuradoria-Geral da República (PGR) moçambicana, em que aquele conglomerado, que

“Tempo de agir”

Representante palestiano na ONU diz “fim do genocídio”

Riyad Mansour deixou duras palavras durante uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU.

O representante da Palestina na Organização das Nações Unidas (ONU), Riyad Mansour, disse, esta quarta-feira, que “é tempo de agir” sobre a escalada da violência no Médio Oriente, referindo-se especificamente aos ataques israelitas na Faixa de Gaza e na Cisjordânia e à consequente crise humanitária que se vive na região. “Qualquer outra resposta é cumplicidade e rendição”, acrescentou.

A conta oficial no X da Missão da Palestina nas Nações Unidas partilhou um vídeo das declarações de Mansour numa reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU, onde repetiu: “Fim ao genocídio”.

“Acabem com esta fome e crise humanitária provocadas pela ocupação. Deixemos as pessoas regressarem ao local onde antes existiam as suas casas e as suas comunidades, para retomar as

opera em Moçambique há 25 anos, recorda que tenta há vários meses recuperar uma carga de produtos agrícolas no valor de 55 milhões de dólares (50,6 milhões de euros) apreendida no porto de Nacala, norte do país, no âmbito desta disputa.

A Lusa noticiou em 01 de Fevereiro que o tribunal de Nacala-Porto decidiu “não acompanhar” a PGR moçambicana, que tinha ordenado o arquivamento do processo sobre o diferendo sobre exportação de feijão bóer para a Índia opondo a Royal Group Limitada (RGL) à concorrente ETG, que levou à apreensão dos produtos agrícolas deste conglomerado. (Lusa)

suas vidas e reconstruir o que pode ser reconstruído”, disse Mansour.

Nas mesmas declarações, o representante palestiano na ONU pediu que se permita aos palestinos regressar aos territórios “para lamentar e tentar restaurar a vida”.

“Libertem prisioneiros e reféns. Que as famílias se reúnam na vida e não na morte. E deixem-nos tentar, na medida do possível, curar”, acrescentou, rematando: “O povo palestiano que suportou o inferno não se rendeu. Vocês também não se devem render. Parem o genocídio”. (NM)

